

Análise da saúde no telejornalismo público: a temática no Repórter Brasil edição noturna¹

Vitor ALMEIDA²

Iluska COUTINHO³

Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF, MG

Resumo

O presente trabalho tem como proposta analisar o espaço dedicado à saúde no telejornalismo público brasileiro, com a avaliação de parâmetros para realizar inferências acerca da qualidade da cobertura sobre saúde no telejornalismo público. O objeto de estudo é o programa Repórter Brasil edição noturna, veiculado pela TV Brasil, emissora pública brasileira. Investigações anteriores desenvolvidas no âmbito da UFJF pelo “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais” (antigo Grupo de pesquisa Telejornalismo, Imagem e Representação) oferecem o referencial teórico para a avaliação empírica, realizada a partir de pesquisa de edições do programa disponíveis na rede mundial de computadores. Esse trabalho é uma continuação da pesquisa desenvolvida no projeto “Telejornalismo e saúde: Os enquadramentos do câncer na TV pública e sua recepção por médicos e pacientes”, financiado pelo CNPq.

Palavras-chave: telejornalismo, saúde, Repórter Brasil, televisão pública.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de graduação no curso de Comunicação Social da UFJF, e-mail: vitoralmeida_cefet@hotmail.com

³ Orientadora e co-autora do trabalho, doutora em Comunicação Social e professora do curso de Jornalismo da Faculdade de Comunicação da UFJF, e-mail: iluskac@uol.com.br

1. Introdução

No Brasil, a TV pública tem sua maior representante na TV Brasil. Ela foi criada em 2007 para suprir as pendências do jornalismo comercial e, também, como uma demanda da sociedade no âmbito da disputa pela democratização da comunicação. No livro “A informação na TV pública”, é explanada a função da TV pública e o porque de sua criação.

“Propõe-se nessa perspectiva, em diversos trabalhos de pesquisa, compreender a prática do telejornalismo em uma emissora pública na perspectiva da complementariedade, no exercício desse direito, social à comunicação. Nesse sentido, a TV Brasil, como emissora de televisão pública deveria possibilitar a difusão de diferentes vozes, imagens e sons, produzidos segundo uma diversidade de princípios editoriais de tal modo que a pluralidade de opiniões e perspectivas fosse construída a partir da experimentação do direito de comunicar, em um canal público.” (COUTINHO, 2013 p. 27)

E, ainda, sobre o papel da TV pública no Brasil, o livro “A informação da TV pública” ressalta a importância da implantação da TV Brasil.

“A implantação da TV Brasil representou uma importante conquista para segmentos da sociedade brasileira envolvidos com a luta pela pluralidade e democratização do acesso à comunicação e à informação no Brasil. No que se refere à oferta de informação televisiva, a constituição de uma emissora de TV pública se constituiu em uma alternativa concreta para a prática de um jornalismo orientado de forma efetiva pela observância do interesse público e caracterizado pelo exercício dos direitos à informação e comunicação por telespectadores.” (COUTINHO, 2013 p.28)

A principal proposta da TV Brasil é ampliar e diversificar o acesso à oferta de conteúdo audiovisual. Ela está presente em todo o território brasileiro e, agora, ainda conta com canais de seus programas no site de hospedagem de vídeos “youtube”. Através deles, todos os que não têm acesso ao sinal, ainda novo, da TV Brasil podem conferir a programação da emissora. Ela pertence à Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

O presente trabalho visa analisar a cobertura da saúde no maior telejornal da TV Brasil, o Repórter Brasil edição noturna. O principal viés da pesquisa é a análise da possibilidade da TV pública contribuir para a formação dos cidadãos. Diversos autores

destacam uma longa tradição educativa dos canais públicos. Na área da saúde essa formação e informação podem ampliar a compreensão do tema e auxiliar na perspectiva da prevenção. Com o acesso à internet cada vez maior e a disponibilização do conteúdo produzido, um número maior de pessoas tem acesso aos programas.

1.1 Jornalismo Público

O jornalismo público ainda é uma realidade recente nas práticas em Comunicação no Brasil e se encontra muito associado a organismos governamentais. Portanto, esse conceito ainda se encontra em uma “fase inicial” de consolidação.

Ainda se confunde muito as definições “estatal”, “governamental” e “educativo”. No Brasil esses termos têm convergido de certa forma, para o campo do jornalismo público; ainda “jornalismo cívico” ou “jornalismo cidadão”. Para Luiz Martins da Silva, professor do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade de Brasília:

“Como gênero, o jornalismo público ainda não adquiriu o status de outras especializações, a exemplo da crônica policial, do jornalismo esportivo ou econômico. E ainda não encontrou no Brasil nem uma tradução definitiva nem uma compreensão do que ele representa enquanto função, área de cobertura e campo profissional.” (Silva, 2002, p. 23).

O jornalismo público não pode ser definido como o praticado na esfera do poder público. Luiz Martins da Silva ainda esclarece as diferenças entre o jornalismo público e o comercial. Para ele, o jornalismo público deve prezar pela finalidade não lucrativa; ter independência do mercado, da economia e da política, ter sustentabilidade e uma gestão plural.

Estariam assim elencadas as quatro principais diferenças entre o jornalismo público e o jornalismo comercial. A finalidade não lucrativa nos remete à principal diferença. O jornalismo público visa ser uma alternativa que dê espaço a todos, diferentemente do jornalismo comercial que visa o lucro e as notícias que mais vendem. Para tanto, o jornalismo público deve ser independente, sustentável e ter uma gestão plural; caso contrário irá ser apenas veículo dos seus patrocinadores, como em outros casos do jornalismo comercial.

1.2 Telejornalismo Público

De acordo com estudos e publicações do “Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais” (CNPq-UFJF, antigo grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação) é necessário recorrer a parâmetros particulares, definidos em pesquisas anteriores, para analisar e avaliar a qualidade do telejornalismo público. O livro “A informação na TV pública” oferece o suporte teórico-conceitual para a análise apresentada nesse artigo. A publicação é resultado de uma ampla pesquisa realizada sobre o tema, onde o grupo desenvolveu seus parâmetros para análise da qualidade do telejornalismo público.

Entre 2010 e 2011 pesquisadores da UFJF, coordenados pela professora Iluska Coutinho, realizaram a Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil, em uma parceria entre o Conselho Curador da EBC e o antigo grupo de pesquisa Jornalismo, Imagem e Representação. O relatório, disponível na página do Conselho na internet, assume em determinados momentos um foco normativo:

“O Telejornalismo Público, como modelo, deveria ter como um de seus princípios orientadores, em especial, avançar para além da distinção forma-conteúdo que impediria a oferta de informação de qualidade nas emissoras comerciais e estatais, na medida em que estaria liberto da perspectiva mercadológica, da busca pelo lucro, comercial sobretudo. Entre as perspectivas gerais de um modelo de telejornalismo público, que guardam relação direta inclusive com os documentos constitutivos da EBC e da TV Brasil, estaria a oferta de conteúdos voltados para o cidadão e para as diferentes comunidades. Os telejornais e programas jornalísticos nesse sentido deveriam ter como premissa e/ou promessa promover uma melhor compreensão da realidade, tornando mais próximo e efetivo, seu entendimento e apropriação pelos telespectadores. Estes deveriam ser compreendidos e representados nas reportagens como cidadãos e também como grupo social. Além disso, mais do que informações descontextualizadas, os telejornais públicos deveriam contribuir com a oferta de conhecimento cotidiano e formação dos espectadores e, assim, estimular sua autonomização.” (COUTINHO, 2013, p.29)

E, ainda:

“A perspectiva da pluralidade de vozes no telejornalismo público orientaria a constituição dos programas jornalísticos em uma emissora pública como espaço para o exercício do direito à comunicação, para além do direito à informação de qualidade, aferida segundo parâmetros de excelência.” (COUTINHO, 2013, p.30)

Diversos fatores influenciam nos modelos de análise do telejornalismo público, principalmente do Repórter Brasil. A própria TV Brasil, por ser uma emissora nova, interfere na análise. Assim, o modelo estabelecido é um modelo ainda inicial e que deve ser adaptado de acordo com o tema analisado. Assim as pesquisas realizadas posteriormente, e reunidas no livro de 2013 representam um aperfeiçoamento desses primeiros estudos:

“Pesquisas e investigações posteriormente realizadas, no âmbito do grupo de pesquisa, e especialmente no projeto “Telejornalismo nas emissoras públicas brasileiras” mobilizaram em diferentes momentos também outras categorias/tensionamentos, a partir da questão central a ser respondida em cada situação. Nesses casos o modelo estabelecido para a avaliação do telejornalismo público pode ser considerado uma forma inicial de diagnóstico, a ser interpretado, mobilizado ou ainda adaptado a partir do problema a ser investigado. Em todos os casos, contudo, vale destacar a importância que os eixos de pluralidade e democratização devem receber na avaliação da prática do jornalismo, tanto em aspectos temáticos, quanto geográficos e de linguagem ou estilo.” (COUTINHO, 2013 p.38/39)

Ainda sobre o telejornalismo público, outra questão não definida já citada é a nomenclatura e a sua abrangência. O “estatal”, o “governamental” e o “educativo” são os principais termos que causam controvérsia na mente da maioria da população ao ouvir a expressão “jornalismo público”. Sobre essa questão, Iluska Coutinho explica, ainda no livro “A informação na TV pública”, a existência do termo “telejornalismo público” e a sua relação com as outras designações.

“(…) é necessário um esforço por compreender a natureza das chamadas emissoras do campo público no Brasil formado por: TVs educativas; canais de acesso público regulamentados pela Lei de TV a cabo (universitários, legislativos e comunitários), emissoras estatais e recentemente pela EBC (TV Brasil). Apesar de terem em comum o fato de apresentarem-se como contraponto à TV de exploração comercial, estes canais possuem características muito diferenciadas no que refere-se à construção, consolidação, à própria identidade percebida socialmente” (COUTINHO, 2013 p.22).

2. O Repórter Brasil

O Repórter Brasil é o principal telejornal diário (não exibido aos domingos) da já citada TV Brasil. A proposta do Repórter Brasil é trazer o jornalismo público às televisões brasileiras. De segunda a sexta possui duração de uma hora e aos sábados 30 minutos.

O telejornal possui, na edição de segunda a sexta, quatro blocos. Na edição de sábado apenas dois blocos. As edições do Repórter Brasil Manhã e do Repórter Brasil Noite divergem em alguns pontos editoriais. O livro “A informação na TV pública” traz algumas considerações sobre essas divergências. Sobre o Repórter Brasil Manhã, o livro menciona.

“No Repórter Brasil Manhã predomina a cobertura de caráter factual, o que justifica a grande presença de temáticas relacionadas ao cotidiano (21,58%). São matérias sobre: o dia a dia dos brasileiros; eventos de impacto e ou relevância nacional; datas significativas e eventualmente problemas relacionados ao trânsito ou relacionados ao campo da segurança pública. As outras temáticas que concentram maior número de inserções na grade do telejornal são Cultura/Comportamento e Economia. A média mensal de matérias com essas duas abordagens é 36 (12,95%) e 29 (10,43%), respectivamente, entre as edições do Repórter Brasil Manhã veiculadas de julho a março de 2011.” (COUTINHO, 2013 p.44)

Já a edição noturna do telejornal Repórter Brasil se difere em alguns quesitos. A concentração temática é a principal diferença. Mais uma vez, as pesquisas contidas no livro “A informação na TV pública” nos fornecem dados sobre o telejornal, dessa vez sobre a edição noturna.

“Na edição noturna do programa Repórter Brasil são outras as distribuições marcantes no que se refere à concentração temática, embora a dependência das agendas oficiais seja uma constante entre os dois programas. Nesta, contudo, talvez como resultado de maior inserção da produção de emissoras parceiras, como será apresentado posteriormente, há uma menor predominância da Política, sendo as matérias de Cotidiano as mais presentes ao longo de seis meses de edição objeto da avaliação quantitativa.” (COUTINHO, 2013 p.45)

Para o levantamento e análise empíricos foi analisado o material disponível na internet no site do Repórter Brasil (<http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>). Existem duas edições, uma diurna e outra noturna. O alvo do artigo é a análise da edição noturna. Os dados coletados para análise foram de um mês composto do telejornal. Para a montagem da amostra recorreu-se as edições dos seguintes períodos: terceira semana de janeiro (12 à 16 de janeiro), a quarta semana de fevereiro (23 à 28/02), a segunda semana de março (09 à 14 de março) e a primeira semana de abril (01 à 07/04). Espera-se, com isso, uma amostragem mais sólida da realidade do telejornal Repórter Brasil edição noturna. O artigo visa analisar quantitativamente e qualitativamente a editoria de saúde no telejornal. Foram analisadas

todas as matérias, notas ao vivo e todo o conteúdo do mês composto que se relacionasse à saúde.

3. Análises

3.1 Análises quantitativas

Na segunda semana de janeiro, período que vai de 12/01 à 16/01, a temática da saúde teve apenas três matérias, divididas em dois dias, 14/01 e 15/01. No dia 14/01, o tempo dedicado à editoria foi de 7'26''. No dia 15/01, o tempo dedicado à editoria foi de 1'42''. Isso totaliza 9'08'' na semana.

Vale ressaltar que, nessa semana, o telejornal recebeu no estúdio um deputado na condição de especialista, relator do projeto de lei que discute a liberação do uso recreativo da maconha.

Na quarta semana de fevereiro, período que vai de 23/02 à 28/02, a temática da saúde teve seis matérias, divididas em quatro dias, 23/02, 26/02, 27/02 e 28/02. No dia 23/02, o tempo dedicado à editoria foi de 02'41''. No dia 26/02, o tempo dedicado à editoria foi de 3'36''. No dia 27/02, o tempo dedicado à editoria foi de 0'39''. No dia 28/02, o tempo dedicado à editoria foi de 01'58''. Isso totaliza 5'57''.

Na segunda semana de março, período que vai de 09/03 à 14/03, a temática da saúde teve oito matérias, divididas em quatro dias, 10/03, 11/03, 12/03 e 13/03. No dia 10/03, o tempo dedicado à editoria foi de 0'50''. No dia 11/03, o tempo dedicado à editoria foi de 2'16''. No dia 12/03, o tempo dedicado à editoria foi de 5'27''. No dia 13/03, o tempo dedicado à editoria foi de 5'23''. Isso totaliza 13'16''.

Na primeira semana de abril, período que vai de 01/04 à 07/04, a temática da saúde teve cinco matérias, divididas em três dias, 02/04, 03/04 e 07/04. No dia 02/04, o tempo dedicado à editoria foi de 11'17''. No dia 03/04, o tempo dedicado à editoria foi de 0'32''. No dia 07/04, o tempo dedicado à editoria foi de 2'19''. Isso totaliza 13'68''.

Vale ressaltar que, nessa semana, o telejornal recebeu Christian Muller, neurologista infantil especializado em autismo para uma entrevista em estúdio.

Em um mês composto, o telejornal Repórter Brasil edição noturna dedicou 42'29'' à temática da saúde. Também, em um mês de jornal, temos 22 horas e 30 minutos que

correspondem a 1470 minutos. Portanto, a porcentagem do tempo da editoria de saúde é de 2,85% de todo o tempo do telejornal.

Para efeito de comparação, em artigo publicado pelo autor Vitor Almeida no Intercom Sudeste de 2014, intitulado “*A saúde no telejornalismo público: Análise quali-quantitativa do espaço dedicado à temática no Repórter Brasil*”, a porcentagem da editoria de saúde em um mês de telejornal foi de 6,21% do tempo total do telejornal. Isso significa uma perda de 3,36% de tempo.

3.2 Análises qualitativas

Para as análises qualitativas foram realizadas inferências acerca de três eixos considerados centrais nos estudos do Laboratório de Jornalismo e Narrativas Audiovisuais, Pluralidade, Diversidade e Cidadania/Autonomia. Para fins de sistematização eles foram denominados eixos A, B e C, respectivamente.

No eixo A - Pluralidade percebe-se que não são muitos os setores sociais representados. As fontes que efetivamente tem direito à voz são os especialistas (médicos). As temáticas são diversificadas, porém quase não se nota a presença de retrancas. Partidos políticos não são mencionados na editoria de saúde. A presença do governo se dá, indiretamente, pela falas de fontes oficiais (integrantes do ministério da saúde), sem interferência direta. Elementos regionais e presença de sotaque, que deveriam ser prezados no telejornalismo público, não estão presentes. Em alguns casos a contextualização dos fatos é dada, em outras o fato é noticiado como se fosse uma máxima de conhecimento geral.

Como exemplo do eixo A – Pluralidade é utilizada a matéria “Mais de 2.700 casos de dengue foram notificados na capital paulista, apenas neste ano”, veiculada no dia 25/02/2015. A matéria se referiu a todas as pessoas do estado de São Paulo e, de certa forma, a toda a população em geral por ser um problema que afeta a todos. A matéria se estrutura em cabeça (chamada no estúdio) seguida de reportagem e, no fim, uma entrevista com um especialista. Nenhum setor social foi ouvido. Não existe pluralidade. A matéria segue o viés convencional.

No eixo B - Diversidade percebe-se que a inclusão não é trabalhada na editoria de saúde. As narrativas deveriam inserir o público, mas só o fazem ao pegar personagens

comuns quase sem direito de fala. As fontes são variadas, mas a estrutura comum é a de um personagem que reafirma o texto do repórter seguido de um especialista (geralmente médico) que é entrevistado com maior tempo de fala. A temática é tratada da forma padrão, seguindo inclusive a padronização dos formatos (Cabeça em estúdio + Off + entrevista com personagem + off + entrevista com especialista).

Como exemplo do eixo B – Diversidade é utilizada a matéria “Na Bahia, o combate ao mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya ganha reforço”, veiculada no dia 10/03. A matéria se referiu aos baianos. Ela se estrutura em cabeça (chamada em estúdio) seguida de passagem, off e uma entrevista com o secretário de saúde da Bahia (poder instituído – o cidadão comum não tem direito à fala). Não tem direito a voz uma pessoa que tenha a doença, alguém que more em área de risco ou mesmo alguém que explique como se prevenir. Mais uma vez a matéria segue o viés convencional. Nesse caso em específico, nota-se a ausência de um personagem.

No eixo C - Cidadania/Autonomia percebe-se a explicação do contexto dos fatos nem sempre se dá ao cidadão leigo. Alguns temas precisam ser mais bem explicados e detalhados para a compreensão geral. Os desdobramentos possíveis não são explorados. A narrativa não insere o telespectador nem o convida à ação. O tempo todo o telespectador só é informado, superficialmente, da notícia. Ele é um “consumidor passivo”, não sendo agente da narrativa. A maioria das matérias possui um viés apenas informativo.

Como exemplo do eixo C – Cidadania/Autonomia é utilizada a matéria “Começa em São Paulo a Virada da Saúde”, veiculada no dia 07/04. A matéria se referiu aos moradores da cidade de São Paulo. Ela se estrutura em cabeça (chamada em estúdio) seguida de off e duas pequenas entrevistas com pessoas que estão participando do evento. O evento não foi contextualizado aos leigos. A matéria não informou qual é a edição do evento, nem desde quando acontece. O público leigo no assunto fica perdido. A compreensão é pequena. Apenas entende-se que existe um evento dedicado à saúde.

4. Considerações finais

Em comparação a pesquisas anteriores, publicadas em artigo do autor intitulado “*A saúde no telejornalismo público: Análise quali-quantitativa do espaço dedicado à temática no Repórter Brasil*” do XIX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Sudeste,

em 2014, a editoria de saúde tem perdido espaço no telejornal Repórter Brasil edição noturna. A porcentagem da editoria de saúde em um mês de telejornal foi de 6,21% do tempo total do telejornal. Isso significa uma perda de 3,36% de tempo.

Ao analisar a saúde no telejornal Repórter Brasil, edição noturna, da TV Brasil, percebe-se, primeiramente, que a editoria não tem mais um espaço considerável no telejornal. Em outras pesquisas realizadas, em todos os dias analisados pelo menos uma matéria foi exibida na editoria. Hoje, não têm-se mais uma notícia por dia, passando, as vezes, quatro ou cinco dias sem notícias da temática de saúde.

Alguns pontos interessantes devem ser destacados, ainda em relação a pesquisas anteriores. A escolha das notícias é um deles. Priorizavam-se sempre notícias diversificadas que remetesse ao Brasil todo. Hoje, a temática esta abandona ao “mais do mesmo” (como o dia do rim, dia do portador do autismo e outros dias “comemorados” na editoria de saúde). Falta cobertura na editoria de saúde. Não existe diversidade regional, nem de pauta. Para um telejornal nacional em horário nobre é notório que a editoria deveria possuir mais tempo e destaque; até mesmo por ser um dos bens necessários à população. Talvez falte, ainda, um pouco mais de tempo para a jovem TV Brasil (fundada em 2 de dezembro de 2007) se aprofundar mais nas análises de suas produções. Talvez, falem também recursos. O custo de produção de uma matéria no Acre é muito diferente do custo de produção de uma matéria no Rio de Janeiro. Assim, deve-se sempre levar em conta uma série de fatores que interferem na produção do telejornalismo público no Brasil.

Assim como em pesquisas anteriores, as matérias seguem um padrão jornalístico. Os apresentadores chamam, em um pequeno texto (cabeça), a reportagem e entra o VT com o repórter (às vezes na frente da câmera, outras em off) e entrevistam pessoas relacionadas ao fato que servem de personagens, reafirmando o que foi dito no texto do repórter. Surge ai, às vezes, a dramatização da notícia. Depois, entrevista-se um especialista com voz consonante ao discurso anterior. No período analisado não existiram vozes contrastantes, assim como foi relatado nas pesquisas anteriores.

Poucas variações de tempo foram notadas. Isso vai de encontro ao parâmetro de polifonia. Não dar destaque igual a todos os segmentos sociais e vozes contrastantes é uma falta grave para o telejornalismo público.

Os assuntos tratados não são mais variados como antes. A editoria caiu na “mesmice do lugar comum”. Todas as semanas tiveram pelo menos um “dia” de comemorar algo da editoria. Sempre com um especialista respaldando a fala das fontes e os entrevistados. Hoje,

não garantem a definição de interesse público, ao deixar de levantar questionamentos pertinentes à sociedade. A presença do governo não foi notada de forma negativa; não qualificou uma forma de privilégio ou mesmo de política editorial que seja protecionista. No geral, a editoria perdeu destaque e qualidade de produção.

Bibliografia

SILVA, Luiz. *Jornalismo Público - O social como valor-notícia*. Brasília, DF. Casa das Musas, 2002.

COUTINHO, Iluska (org). *A informação na TV pública*. Florianópolis: Insular, 2013.

COUTINHO, Iluska. *Relatório de Avaliação do Telejornalismo da TV Brasil*. Disponível em http://conselhocurador.ebc.com.br/sites/_conselhocurador/files/ufjf_relatoriotelejornalismoebc.pdf. <http://tvbrasil.ebc.com.br/reporterbrasil>. Acesso: 08/07/2015,

TV Brasil. Disponível em <http://tvbrasil.ebc.com.br/>. Acesso: 09/07/2015.

ALMEIDA, Vitor. “*A saúde no telejornalismo público: Análise quali-quantitativa do espaço dedicado à temática no Repórter Brasil*”, disponível em <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2014/resumos/R43-1111-1.pdf>>, acesso em 09/07/2015.